



GUAIRACÁ REVISTA DE FILOSOFIA

TRADUÇÃO: ALGUMAS PALAVRAS SOBRE NÃO-
INTERVENÇÃO¹

A FEW WORDS ON NON-INTERVENTION²

JOHN STUART MILL

O texto abaixo foi publicado originalmente na *Fraser's Magazine* (dezembro de 1859) e está presente em: MILL, John Stuart. *Collected Works of John Stuart Mill, Volume XXI - Essays on Equality, Law, and Education*, ed. John M. Robson, Introduction by Stefan Collini (Toronto: University of Toronto Press; London: Routledge and Kegan Paul, 1984).³

Há um país na Europa, igual ao maior pela extensão de seus domínios, que ultrapassa em muito qualquer outro em riqueza e pelo poder que a riqueza confere, cujo princípio declarado de sua política externa é deixar as outras nações em paz.

1. John Stuart Mill analisou o tema da intervenção em três ensaios principais: “A Few Words on Non-Intervention” (1859), “The French Revolution of 1848 and Its Assailants” (1849), e “The Spanish Question”, publicado em 1837.

2. Esta tradução foi feita pelo Prof. Dr. *Mauro Cardoso Simões* professor da Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA) da Universidade Estadual de Campinas. Email: mauro.simoes@fca.unicamp.br

3. Esta tradução contou com discussões prévias com vários colegas e pesquisadores, particularmente com os professores Piergiorgio Donatelli (Sapienza Università di Roma) e Gustavo Hessmann Dalaqua, que fez a revisão acurada da tradução, aos quais agradeço pelas várias sugestões.

Nenhum país depreende ou assume depreender quaisquer projetos agressivos de sua parte. O poder, desde a antiguidade, costuma prejudicar os fracos e causar desavenças por influência sobre aqueles que são tão fortes quanto ele. Não é assim com esta nação. Ela quer manter o que lhe pertence, não se submeterá à invasão, e se outras nações não se intrometerem nela, também não se intrometerá com elas. Qualquer tentativa que faça para exercer influência sobre os demais, mesmo por persuasão, está mais à serviço dos outros do que de si mesma: mediar as disputas que eclodem entre Estados estrangeiros, impedir guerras civis obstinadas, reconciliar beligerantes, interceder para que os vencidos recebam tratamento moderado, ou, finalmente, para obter o abandono de algum crime nacional e vergonha para a humanidade, como o tráfico de escravos. Essa nação não deseja apenas nenhum benefício para si mesma às custas dos outros, como também não deseja nenhum em que todos os outros não participem livremente. Não assina tratados que estipulem vantagens comerciais separadamente. Se as agressões dos bárbaros a forçam para uma guerra bem-sucedida, e se suas armas vitoriosas a colocam em posição de comandar a liberdade de comércio, seja o que for que ela exija para si, exige igualmente para toda a humanidade. O custo da guerra é seu; os frutos ela compartilha em igualdade fraterna com toda a raça humana. Seus próprios portos e comércio são livres como o ar e o céu: todos os seus vizinhos têm plena liberdade para utilizá-los, não pagando impostos ou, se houver, geralmente um mero equivalente ao que é pago por seus próprios cidadãos, tampouco ela se preocupa caso eles, por sua vez, guardem tudo para si e persistam na exclusão mais invejosa e tacanha de seus mercadores e produtos.

Uma nação que adota essa política é uma novidade no mundo; tanto assim que, aparentemente, muitos são incapazes de acreditar quando a veem. Por um dos paradoxos práticos que muitas vezes encontramos nos assuntos humanos, é essa nação que se encontra, no que diz respeito à sua política externa, mantida em descrédito por um certo tipo de egoísmo e interesse próprio; como uma nação que não pensa em nada além de superar e competir estrategicamente com seus vizinhos. Um inimigo, ou um rival imaginário, que tivesse se distanciado na competição, poderia ser concebido para dar vazão a tal acusação em um momento de cólera. Mas que isso deva ser aceito pelos observadores e deva passar para uma doutrina popular é fonte de espanto até mesmo para aqueles que melhor têm sondado as profundezas do preconceito humano. Este, no entanto, é o julgamento mais amplamente feito pelos europeus sobre a política externa da Inglaterra. Não nos lisonjeemos pensando que são meramente pretensões desonestas de inimigos, ou daqueles que têm seus próprios propósitos a servir quando incitam ódio contra nós, uma classe que inclui os escritores protecionistas e os porta-vozes de todos os déspotas e do papado. Quanto mais nossa política for livre de reprovação e louvável, mais certamente poderemos

esperar que ela seja deturpada e ultrajada por essas personalidades. Infelizmente essa crença não se limita àqueles a quem eles podem influenciar, mas é mantida com toda a tenacidade de um preconceito por inúmeras pessoas livres de qualquer preconceito interessado. Essa crença tem um poder tão forte em suas mentes que quando um inglês tenta negá-la, toda a polidez habitual deles não lhes permite disfarçar sua total descrença na negação. Eles estão firmemente convencidos de que nenhuma palavra é dita, tampouco que alguma ação é feita por estadistas ingleses em relação a assuntos estrangeiros, que não tenha por seu princípio de motivação algum interesse particularmente inglês. Todas as afirmações contrárias lhes parece tentativas evidentemente ridículas de as impor. Aqueles que são mais amigáveis conosco pensam que fazem uma grande concessão ao admitir que a culpa é menos do povo inglês do que do governo e da aristocracia ingleses. Nós sequer recebemos crédito deles por, com um franco reconhecimento da honestidade, seguir nosso próprio interesse como a melhor política. Eles acreditam que sempre temos outros objetivos além daqueles que admitimos; e a sugestão mais improvável e implausível de um propósito egoísta lhes parece mais digna de crédito do que qualquer coisa tão absolutamente inacreditável quanto nosso desinteresse. Assim, para dar um exemplo dentre muitos, quando tributamos a nós mesmos em vinte milhões (uma soma prodigiosa em sua estimativa) para nos livrarmos da escravidão dos negros, e, pelo mesmo objetivo, ameaçamos, como todos pensam, e destruimos, como muitos pensam, a própria existência de nossas colônias das Índias Ocidentais, acreditava-se, e ainda se acredita, que nossas excelentes declarações tinham a intenção de enganar o mundo e que, com essa atitude de auto-sacrifício, estávamos empenhados em alcançar algum objetivo oculto que não poderia ser expresso nem descrito, no afã de provocar a queda de outras nações. A raposa que perdera a cauda tinha um interesse inteligível em persuadir seus vizinhos a se livrarem delas: mas nós - pensamos os nossos vizinhos - cortamos nossa própria magnificência, a maior e melhor de todas, na esperança de receber alguma vantagem inexplicável ao induzir os outros a fazer o mesmo.

É estupidez procurar menosprezar tudo isso - persuadir-nos de que a culpa não é nossa, e de que aqueles que nos descreem não o fariam ainda que pudéssemos ressuscitar dos mortos. As nações, como os indivíduos, deveriam suspeitar de alguma falha em si mesmas quando observam que, no geral, são consideradas piores do que julgam merecer. Elas podem muito bem saber que estão de alguma forma em falta quando quase todo mundo, exceto elas mesmas, pensa que são astuciosas e hipócritas. Não é só porque a Inglaterra tem sido mais bem-sucedida do que outras nações em conseguir o que todas querem que elas acreditam que ela o deva estar conseguindo de um modo mais incessante e sem compartilhamento. Esta é, de fato, uma poderosa causa que influencia, inclinando-os e preparando-os para essa opinião. É natural supor que aqueles que ganham o prêmio tenham

lutado por ele; que o excelente sucesso deve ser fruto de um esforço perseverante; e quando há uma óbvia ausência dos engenhos usualmente empregados para se ultrapassar competidores, e eles são deixados para trás, as pessoas gostam de acreditar que os meios empregados devem ter sido ainda mais sutis e profundos. Essa ideia preconcebida faz com que eles procurem, em todos os lugares, indícios que apoiem a explicação egoísta de nossa conduta. Se o curso normal de nossa ação não favorece essa interpretação, eles examinam as exceções, e as consideram como a medida real para as intenções do curso normal de nossa ação. Além disso, eles aceitam literalmente todas as expressões habituais pelas quais representamos a nós mesmos como piores do que somos; expressões frequentemente ouvidas de estadistas ingleses, embora quase nunca entre os de outros países - em parte porque os ingleses, mais do que todo o resto da raça humana, são tão tímidos em professar virtudes que acabam, em vez disso, confessando seus vícios; e em parte porque quase todos os estadistas ingleses, embora despreocupados a tal ponto que nenhum estrangeiro pode acreditar, com respeito à impressão que produzem sobre os estrangeiros, cometem o erro estúpido de supor que os objetivos mais vulgares são os únicos que podem agradar as mentes de seus compatriotas não-aristocráticos, e acreditam que seja sempre conveniente, se não necessário, colocar esses objetivos em primeiro lugar.

Todos, portanto, que falem ou ajam em nome da Inglaterra, estão vinculados pelas mais fortes obrigações, tanto de prudência quanto de dever, de evitar transmitir qualquer dessas manipulações e produzir interpretações equivocadas: de restringir severamente a mania de afirmar que se segue a partir de motivos mais mesquinhos do que aqueles pelos quais somos realmente estimulados, e precaver-se de destacar de forma perversa ou caprichosa alguma instância particular na qual agimos de acordo com um princípio pior do que aquele pelo qual somos normalmente guiados. Atualmente essas instruções práticas são flagrantemente ignoradas por nossos estadistas.

Estamos em um desses momentos críticos, que não acontecem sequer uma vez por geração, quando toda a mudança dos eventos europeus, e o curso da história europeia por um longo tempo, pode depender da orientação e da consideração da Inglaterra. Nesse momento é difícil dizer se é pelas deficiências de seu discurso ou de ação que nossos estadistas estão mais eficazmente jogando o jogo de nossos inimigos, e dando uma coloração de justiça aos equívocos prejudiciais que circulam sobre o nosso caráter e política enquanto povo.

Para tomar as deficiências do discurso em primeiro lugar: Qual é o tipo de linguagem mantida em cada discurso que, durante a atual crise europeia, qualquer ministro inglês ou quase todo homem público considerável, dirige ao parlamento ou a seus eleitores? A eterna repetição desse refrão muito usado - "Nós

não interferimos, porque não havia interesse inglês envolvido”; “Não devemos interferir onde não há interesse inglês”. A Inglaterra é, portanto, exibida como um país cujos homens mais ilustres não se envergonham de seguir, enquanto políticos, uma regra de ação que ninguém, não completamente ignóbil, poderia suportar ser acusado de ter como a máxima pela qual guia sua vida privada; não mover um dedo pelos outros, a menos que veja seu próprio interesse particular nisso. Há muito para ser dito sobre a doutrina de que uma nação deve estar disposta a ajudar seus vizinhos a livrar-se da opressão e a obter instituições livres. Muito também pode ser dito por aqueles que sustentam que uma nação não tem competência para julgar e agir por outra, e que cada uma deve ser deixada para ajudar a si mesma a buscar benefícios ou submeter-se à prejuízos como pode e deseja. Mas, de todas as atitudes que uma nação pode adotar em relação à intervenção, a mais vil e a pior é declarar que ela intervém unicamente quando esta pode servir aos seus próprios objetivos. Toda outra nação está autorizada a dizer: “Parece, então, que a não-intervenção não é uma questão de princípio para você. Quando você se abstém de intervir, não é porque você acha errado. Você não tem nenhuma objeção à intervenção, salvo a de que ela não seja em benefício daqueles que você intervém; eles não devem presumir que você tenha qualquer consideração pelo bem deles. O bem dos outros não é uma das coisas que você dê atenção; mas você está disposto a se intrometer, se pela intromissão você puder ganhar algo para si mesma”. Essa é a interpretação óbvia da linguagem usada.

É quase desnecessário dizer, escrevendo aos ingleses, que isso não é o que nossos governantes e políticos realmente querem expressar. Sua linguagem não é um reflexo correto de seus pensamentos. Nossos governantes e políticos exprimem apenas uma parte do que parecem dizer. Eles decerto querem declinar da intervenção feita com vistas ao bem de nações estrangeiras. Eles são muito sinceros e cuidadosos em repudiar isso. Mas a outra metade do que suas palavras expressam, uma disposição de se intrometer se, ao fazê-lo, puderem promover qualquer interesse da Inglaterra, não é o que elas significam. O pensamento que eles têm em mente não é o interesse da Inglaterra, mas a sua segurança. O que eles diriam é que estão prontos para agir quando a segurança da Inglaterra é ameaçada, ou quando um de seus interesses for ameaçado hostil ou injustamente. Isso não é mais do que o que todas as nações suficientemente poderosas para sua própria proteção fazem, e ninguém questiona seu direito de o fazer. Este é o direito corriqueiro de autodefesa. Mas se queremos dizer isso, por que, pelo amor de Deus, aproveitamos todas as oportunidades possíveis para dizer, em vez disso, algo extremamente diferente? O significado que os estrangeiros colocam nas palavras que usamos não é a autodefesa, mas a ambição. Os estrangeiros acreditam que reivindicamos a liberdade de intervir em seus assuntos com o propósito não simplesmente de proteger o que possuímos, e isso meramente contra práticas injustas, mas sim de aumentar mais e mais os

limites de nossas posses. Se nossas ações tornam impossível para o observador mais preconceituoso acreditar que visamos ou aceitaríamos qualquer tipo de monopólio mercantil, isso não tem efeito em suas mentes, mas os fazem pensar que escolhemos um caminho mais astuto para o mesmo fim. Em geral, é uma opinião comum entre os políticos continentais, especialmente entre aqueles que pensam ser particularmente inteligentes, que a própria existência da Inglaterra depende da aquisição incessante de novos mercados para nossas manufaturas; que a busca por esses mercados é um assunto de vida ou morte para nós; e que estamos sempre prontos a violar todas as regras de moralidade pública ou internacional quando não fazê-lo exigiria interromper por um momento essa competição. Seria supérfluo apontar a profunda ignorância e equívoco de todas as leis da riqueza nacional, e todos os fatos da situação comercial da Inglaterra que essa opinião pressupõe: mas tal ignorância e equívoco são infelizmente muito gerais no continente; eles estão cedendo vagarosamente, embora perceptivelmente, diante do progresso da razão; e por várias gerações, talvez, seremos julgados sob sua influência. É exigir demais que nossos políticos no governo almejem ter essas coisas em mente? Serviria a qualquer bom propósito nos expressar como se não tivéssemos escrúpulos em proclamar aquilo que não apenas hesitamos em implementar, mas também cuja simples ideia de fazer nunca cruza nossas mentes? Por que deveríamos renunciar ao caráter que poderíamos legitimamente reivindicar de ser, incomparavelmente, a mais consciente de todas as nações em nossos atos nacionais? De todos os países suficientemente poderosos para serem perigosos aos seus vizinhos, talvez somos o único cujos meros escrúpulos de consciência bastariam para dissuadi-lo de sê-lo. Somos o único povo no qual, em nenhuma classe da sociedade, o interesse ou glória da nação é considerado desculpa suficiente para um ato injusto; o único que considera com ciúme, suspeita e uma propensão a críticas hostis justamente aqueles atos de seu governo que em outros países certamente serão aclamados com aplausos, aqueles pelos quais um território foi adquirido ou a influência política ampliada. Sendo na realidade melhor que as outras nações - pelo menos na parte negativa da moralidade internacional - deixemos, pela linguagem que usamos, de nos mostrar piores do que somos.

Mas se devemos ser cuidadosos com nossa linguagem, devemos ser mil vezes mais cuidadosos em nossas ações, e não nos permitir sermos traídos por algum de nossos principais líderes que nos leve a um curso de conduta, relativo a um ponto específico, completamente oposto aos nossos princípios habituais de ação - conduta esta que, se fosse uma amostra representativa de nós, confirmaria as calúnias de nossos piores inimigos e os justificaria em representar não apenas que não temos consideração pelo bem de outras nações, mas que na verdade pensamos que o bem deles e o nosso são incompatíveis, e que faremos todo o possível para evitar que os outros obtenham até mesmo um benefício que nós mesmos devemos

compartilhar. Esse erro pernicioso, que dificilmente podemos evitar chamá-lo de tolice insana, parece ser o que estamos cometendo no que diz respeito ao Canal de Suez.

É crença universal na França que a influência inglesa em Constantinopla, tenazmente exercida para derrotar este projeto, é o único obstáculo real e intransponível para a sua realização. E, infelizmente, as declarações públicas de nosso atual primeiro-ministro não apenas confirmam essa crença, mas justificam a afirmação de que nos opomos ao trabalho porque, na opinião de nosso governo, seria prejudicial para o interesse da Inglaterra. Se forem esses os motivos e o curso que estamos perseguindo, e se as nações têm deveres, mesmo que negativos, em direção ao bem da raça humana, é difícil dizer se a insensatez ou a imoralidade de nossa conduta é o que mais dolorosamente se sobressai.

Eis um projeto, cuja viabilidade é de fato uma questão controversa, mas sobre o qual ninguém tentou negar que, uma vez realizado, facilitaria o comércio e, conseqüentemente, estimularia a produção, encorajando o intercâmbio e, portanto, a civilização, o que lhe daria um lugar de destaque entre os grandes progressos industriais dos tempos modernos. A invenção de novos meios de reduzir a força de trabalho e economizar gastos nas operações da indústria é o objetivo ao qual a maior parte de toda a engenhosa criatividade da humanidade atualmente tende; e este projeto salvará, se realizado, a circunavegação de um continente em uma das grandes rotas de tráfego mundial. Um acesso fácil ao comércio é a principal fonte dessa civilização material que nas regiões mais remotas da terra é a condição necessária e o aparato indispensável da civilização moral; e esse projeto reduz praticamente a distância pela metade, comercialmente falando, entre as nações que se aperfeiçoam e as mais importantes e valiosas dentre aquelas que não progridem. O telégrafo transatlântico é considerado um empreendimento de importância mundial, porque praticamente elimina o trânsito de informações comerciais. O que o Canal de Suez encurtaria seria o próprio transporte dos produtos, e isso com tal magnitude que provavelmente multiplicaria.

Vamos supor então - pois nos dias atuais a hipótese é muito pouco inglesa para ser considerada mais do que uma suposição - que a nação inglesa visse nesse grande benefício para o mundo civilizado e incivilizado um perigo ou um prejuízo a algum particular interesse da Inglaterra. Suponha, por exemplo, que ela receie que o encurtamento da rota facilite o acesso das marinhas estrangeiras às suas possessões orientais. A suposição não atribui nenhum grau ordinário de covardia e imbecilidade ao espírito nacional; do contrário, não conseguiria senão refletir que a mesma coisa que facilitaria a chegada de um inimigo facilitaria também a chegada de auxílio; que já tivemos frotas francesas nos mares orientais antes, e que já travamos batalhas navais com eles há quase um século; que se alguma vez nos tornássemos

incapazes de defender a Índia contra eles, certamente os veríamos ali sem o auxílio de nenhum canal; e que nossa capacidade de resistir a um inimigo não depende de colocar mais ou menos obstáculos em seu caminho, mas da quantidade de força que podemos opor a ele quando chegar. Vamos supor, no entanto, que o sucesso do projeto faria mais mal à Inglaterra em alguma capacidade distinta do que o bem que, como principal nação comercial, ela colheria do grande incremento do intercâmbio comercial. Admitamos isso; e agora pergunto: e daí? Existe alguma moral, cristã ou secular, que justifique uma nação que mantém todo o resto da humanidade fora de algum grande benefício porque as consequências deste podem ser para si, em alguma circunstância imaginável, uma causa de inconveniência? Uma nação tem a liberdade de adotar como máxima que o que é bom para a raça humana é ruim para si mesma e, em virtude deste princípio, opor-se a ele? O que é isso senão declarar que o seu interesse e o da humanidade são incompatíveis – e que, pelo menos até agora, ela tem sido o inimigo da raça humana? E qual base teria para protestar se, em retribuição, a raça humana decidisse ser *seus* inimigos? Um princípio tão perverso, manifesto e posto em prática por uma nação, permitiria ao resto do mundo o direito de unir-se em aliança contra ela e nunca fazer a paz até que, se não a reduzisse à insignificância, pelo menos destruísse seu poder, incapacitando-a, para que nunca mais coloque seu interesse próprio à frente da prosperidade geral da humanidade.

Esse sentimento sórdido não existe nos britânicos. Eles estão acostumados a ver seu benefício ao fomentar o crescimento da riqueza e da civilização mundial, não em retê-lo. A oposição ao Canal de Suez nunca foi uma oposição nacional. Com a habitual indiferença para com os assuntos externos, o público em geral não refletiu sobre isso, mas deixou-o, como deixam (a menos que particularmente encorajados) toda a administração de sua política externa, àqueles que, por causalidades e razões unicamente ligadas à política interna, encontram-se em cargos públicos no momento. O que quer que tenha sido feito em nome da Inglaterra no caso de Suez foi principalmente o ato de indivíduos, quiçá de um único indivíduo; poucos foram os compatriotas que instigaram ou compartilharam de seu propósito, e a maioria daqueles que dedicaram um mínimo de atenção ao assunto (infelizmente um número muito pequeno), em todos os seus aspectos, a ele se opuseram.

Mas (diz-se) o projeto não pode ser executado. Se é assim, por que nos preocupar com isso? Se o projeto pode dar em nada, por que professar imoralidade gratuita e ficar sujeito à ódio gratuito ao impedir que seja posto em prática? Se o projeto terá sucesso ou fracassará é uma consideração totalmente irrelevante; exceto até agora que, se é certo que falhe, existe em nossa oposição a mesma imoralidade e uma quantidade adicional de insensatez; uma vez que, com essa suposição, estamos exibindo para o mundo a crença de que nosso interesse é incompatível com o seu bem, ao passo que se o fracasso do projeto fosse realmente um benefício para

nós, estamos certos de obter esse benefício simplesmente mantendo nossa atitude pacífica.

Por uma questão de opinião privada, o autor deste texto, na medida em que examinou as evidências, tende a concordar com aqueles que pensam que o projeto não pode ser executado, ao menos com os meios e financiamentos propostos. Mas isso é uma consideração para os acionistas. O governo britânico não considera que seja parte de sua obrigação impedir que indivíduos, mesmo cidadãos britânicos, gastem seu próprio dinheiro em especulações malsucedidas, embora não haja expectativas de grande utilidade pública em caso de sucesso. E se, embora à custa de sua propriedade, eles atuassem como pioneiros para os outros, e se o projeto, conquanto um fracasso para aqueles que o empreenderam pela primeira vez, gerasse depois, nas mesmas ou em outras mãos, a quantia total de benefício esperado para o mundo geral, não seria a primeira nem a centésima vez que um empreendimento não lucrativo teria esse resultado final.

Parece não haver pouca necessidade de que toda a doutrina da não-intervenção com nações estrangeiras seja reconsiderada, se é que se pode ser dito que até agora ela tenha sido considerada uma questão realmente moral. Ouvimos algo recentemente sobre estar disposto a ir à guerra por uma ideia. Ir à guerra por uma ideia, se a guerra é agressiva e não defensiva, é tão criminoso quanto ir à guerra por território ou lucro; pois é tão pouco justificável impor nossas ideias sobre outras pessoas como o é forçá-las a se submeter à nossa vontade em qualquer outro aspecto. Mas certamente há casos em que é permitido entrar em guerra, sem sermos atacados ou ameaçados de ataque; e é muito importante que as nações se decidam antecipadamente quais são esses casos. Na ética e filosofia política, poucas são as questões que mais carecem de exame do que aquela que visa estabelecer alguma regra ou critério com base no qual a justificativa de intervir nos assuntos de outros países e (o que às vezes é totalmente questionável) a justificativa de abster-se de intervenção possam ser submetidas a um teste definitivo e racional. Qualquer um que esteja envolvido nesta tarefa será levado a reconhecer mais de uma distinção fundamental, que de modo algum é familiar para a opinião pública, e que em geral é completamente esquecida por aqueles que escrevem sob o peso de uma moralidade indignada sobre o assunto. Há uma grande diferença, por exemplo, entre o caso em que as nações em questão têm o mesmo grau de civilização, ou algo parecido, e aquele em que uma das partes possui um alto grau de progresso social, enquanto a outra possui um grau muito baixo. Supor que os mesmos costumes internacionais e as mesmas regras de moralidade internacional podem prevalecer entre uma nação civilizada e outra, e entre nações civilizadas e bárbaras, é um grave erro que nenhum estadista pode cometer, ainda que sejam criticados por aqueles que estão em uma posição segura e isentos de responsabilidade. Entre as muitas razões pelas quais as mesmas regras não podem ser aplicadas a situações tão

diferentes, as duas seguintes estão entre as mais importantes. Em primeiro lugar, as regras de moralidade internacional implicam reciprocidade. Mas os bárbaros não correspondem à expectativa de retribuição. Não podemos esperar que eles observem quaisquer regras. Suas mentes não são capazes de um esforço tão grande, tampouco sua vontade pode ser suficientemente influenciada por motivos distantes. Em segundo lugar, as nações que ainda são bárbaras não ultrapassaram o período durante o qual é possivelmente de seu interesse serem conquistadas e mantidas em sujeição por estrangeiros. Independência e nacionalidade, tão essenciais para o adequado crescimento e desenvolvimento de um povo mais avançado em questão de progresso, são geralmente obstáculos para os seus. Os deveres sagrados que as nações civilizadas devem à independência e à nacionalidade de cada um não são vinculantes para aqueles a quem a nacionalidade e a independência são um certo mal ou, na melhor das hipóteses, um bem questionável. Os romanos não eram os conquistadores mais puros, mas teria sido melhor para a Gália e a Espanha, a Numídia e a Dácia, nunca terem feito parte do Império Romano? Caracterizar qualquer conduta em relação a um povo bárbaro como uma violação do direito das nações apenas mostra que aquele que fala jamais refletiu sobre o assunto. Não é difícil haver uma violação dos grandes princípios da moralidade; mas os bárbaros não têm direitos como *nação*, exceto o direito a um tratamento que possa, o mais cedo possível, torná-los aptos para serem uma nação. As únicas leis morais que regulam a relação entre um governo civilizado e um governo bárbaro são as regras universais da moralidade entre um ser humano e outro ser humano.

As críticas, portanto, tantas vezes feitas à conduta dos franceses na Argélia, ou dos ingleses na Índia, geralmente procedem, ao que parece, de um falso princípio. Uma vez que nunca se estabeleceu o verdadeiro critério pelo qual julgar seus atos, eles escapam de críticas e repreensões que poderiam realmente ter um efeito benéfico e são julgados por um padrão que não pode influenciar os que estão praticamente envolvidos em tais transações, na medida em que estes sabem que tal padrão não pode ser cumprido porque, caso o fosse, nenhum ser humano ficaria melhor e muitos outros ficariam ainda piores. Um governo civilizado não pode evitar ter vizinhos bárbaros; quando os tem, nem sempre pode contentar-se com uma posição defensiva, uma simples resistência à agressão. Após um período de tolerância mais longo ou mais curto, vê-se obrigado a conquistá-los ou a impor tamanha autoridade sobre eles que quebra seu espírito, de modo que gradualmente regridam a um estado de dependência. Quando isso acontece, eles não causam mais problemas, e isso teve tanto a ver com a sustentação e a derrubada de seus governos, e eles estão tão acostumados a nele se apoiar que se tornou moralmente responsável por todo o mal que lhes permite fazer. Esta é a história das relações do governo britânico com os estados regionais da Índia. Ele nunca esteve seguro em suas posses indianas até que reduzisse o poder militar daqueles estados a zero. Mas um governo

despótico só existe pelo seu poder militar. Quando tiramos o deles, fomos forçados, pela necessidade do caso, a oferecer-lhes os nossos. Para capacitá-los a suprimir seus grandes exércitos, nós nos comprometemos a colocar à sua disposição, e eles se obrigaram a receber uma quantidade de força militar de tal tamanho que nos fez, de fato, senhores do país. Comprometemo-nos que esta força devesse cumprir os propósitos de uma força, defendendo o príncipe contra todos os inimigos externos e internos. Porém, estando assim assegurados da proteção de um poder civilizado e libertos do medo da rebelião interna ou da conquista estrangeira (tais são os únicos controles que restringem as paixões ou mantêm qualquer vigor no caráter de um déspota asiático), os governos nativos ou bem se tornaram tão opressivos e predatórios a ponto de desolarem o país, ou bem caíram em um estado de torpor imbecil, que todos aqueles que, sujeitos à sua vontade, não puderam defender-se por seus próprios seguidores armados, tornaram-se presa de qualquer um que tivesse um bando de bandidos pagos. O governo britânico percebeu este estado deplorável de coisas como o resultado de seu próprio trabalho, como a consequência direta da posição em que, para sua própria segurança, se colocara em relação aos governos nativos. Se tivesse permitido que isso continuasse indefinidamente, teria merecido ser considerado um dos piores criminosos políticos. Em alguns casos (infelizmente não em todos), havia se empenhado em tomar precauções contra esses prejuízos por um artigo especial do tratado, obrigando o soberano a reformar sua administração e, no futuro, a governar em conformidade com a recomendação do governo britânico. Entre os tratados nos quais uma disposição desse tipo havia sido inserida, estava o de Oude⁴. Por mais de cinquenta anos o governo britânico permitiu que esse compromisso fosse tratado com total desconsideração; não sem frequentes protestos e ameaças ocasionais, mas sem nunca cumprir essas ameaças. Durante esse período de meio século, a Inglaterra foi moralmente responsável por uma mistura de tirania e anarquia, descrição que, segundo as pessoas que a conhecem bem, é aterradora para todos os que ficam sabendo. Longe de ser o crime político com que tantas vezes é ignorantemente chamado, o ato pelo qual o governo da Índia Britânica finalmente deixou de lado os tratados que haviam sido tão perturbadoramente violados, e assumiu o poder de cumprir a obrigação anterior, de oferecer ao povo de Oude um governo tolerável, foi o cumprimento injustamente tardio de um dever imperativo. E o fato de que nada que tenha sido feito em todo este século pelo governo da Companhia das Índias Orientais tornou-a impopular na Inglaterra é um dos exemplos mais marcantes do que foi observado em uma parte anterior deste artigo - a predisposição da opinião pública inglesa a considerar desfavoravelmente qualquer ato pelo qual territórios ou bens são adquiridos de Estados estrangeiros e a assumir a causa de qualquer governo, por mais indigno que seja, capaz de lidar com casos de injustiça contra o nosso próprio país.

4. Atualmente Awadh.

Mas entre os povos civilizados, membros de uma mesma comunidade de nações, como a Europa cristã, a questão assume outro aspecto e deve ser decidida em princípios totalmente distintos. Seria uma afronta ao leitor discutir a imoralidade das guerras de conquista, ou mesmo da conquista enquanto consequência de uma guerra legalmente justificada; ou ainda, a anexação de qualquer povo civilizado ao domínio de outro, a menos que isto ocorra por sua própria escolha espontânea. Até este ponto não há diferença de opinião entre pessoas sinceras; nem sobre a perversidade de desencadear uma guerra de agressão por qualquer interesse nosso, exceto quando necessária para nos proteger de um perigo claramente iminente. A questão controversa é a da intervenção na regulamentação dos assuntos internos de outro país; a questão de saber se uma nação tem o direito de participar, de um lado ou de outro, em guerras civis ou disputas entre facções de outra nação: e, principalmente, se pode legitimamente ajudar o povo de outro país a lutar pela liberdade; ou se pode impor a um país algum governo ou instituição, seja porque os considera os melhores para o próprio país, seja porque os considera necessários para a segurança dos países vizinhos.

Dentre esses casos, o caso de um povo armado para obter sua liberdade é o único que possui alguma atração, ou que, pelo menos teoricamente, é provável que apresente considerações morais conflitantes. Os outros casos que foram apresentados dificilmente admitem discussão. Ninguém que escreva em um país livre precisa se dar ao trabalho de estigmatizar a assistência ao governo de um país para reprimir o povo, infelizmente o caso mais frequente de intervenção estrangeira. Um governo que precisa de apoio estrangeiro para impor obediência a seus próprios cidadãos sequer deveria existir; e a assistência que os estrangeiros lhe dão geralmente nada mais é do que a simpatia de um despotismo por outro. Um caso que exige atenção é o de uma guerra civil prolongada, na qual as partes em disputa são tão equilibradas que não há probabilidade de uma rápida solução; ou, se houver, o lado vitorioso não pode esperar manter a parte vencida sem recorrer a práticas cuja gravidade são repugnantes para a humanidade e prejudiciais ao bem-estar permanente do país. Neste caso excepcional, parece ser uma doutrina reconhecida que as nações vizinhas, ou um dos vizinhos poderosos, com o consentimento dos demais, têm direito em exigir que as hostilidades cessem e uma reconciliação aconteça em termos equitativos de *compromise*. Este tipo de intervenção tem sido praticado, repetidamente, durante a atual geração, com tamanha aprovação geral que sua legitimidade pode ser considerada ter se elevado a uma máxima do que se denomina direito internacional. A intervenção das potências europeias entre a Grécia e a Turquia, e entre a Turquia e o Egito, foram casos exemplares. O ocorrido entre a Holanda e a Bélgica foi ainda mais. A intervenção da Inglaterra em Portugal, ocorrida há alguns anos e provavelmente menos lembrada que as outras, uma vez que obteve resultados sem o emprego efetivo da força, pertence à mesma categoria.

Naquela época, essa intervenção tinha a aparência de um apoio ruim e desonesto do governo contra o povo, programado para atingir o momento exato em que o partido popular obteve uma vantagem acentuada e parecia estar prestes a derrubar o governo ou reduzi-lo à impotência. Mas se alguma vez houve um ato político que, embora inicialmente parecesse prejudicial, justificou-se com o desenrolar dos acontecimentos, este foi o caso desta intervenção, pois, na medida em que os fatos se desdobravam, em vez de dar poder a uma parte do conflito, a intervenção acabou sendo uma medida realmente conciliadora; e os chefes da chamada rebelião tornaram-se, em poucos anos, os honrados e bem-sucedidos ministros do trono contra o qual haviam lutado por tanto tempo.

Com relação à questão de saber se um país tem o direito de ajudar as pessoas de outro país na luta contra seu governo por instituições livres, a resposta será diferente, dependendo se o jugo que o povo está tentando se livrar é o de um governo puramente nativo ou de estrangeiros; por governo de estrangeiros considere-se todo governo que se mantém com auxílio estrangeiro. Quando a luta é apenas contra governantes nativos imbuídos da força interna que conseguem mobilizar em sua defesa, a resposta que eu devo dar à questão da legitimidade da intervenção é, como regra geral, “não”. A razão para tanto é que raramente pode haver algo que se aproxime da certeza para garantir que a intervenção, mesmo se bem-sucedida, seria para o bem das próprias pessoas. O único teste que possui algum valor real para determinar se um povo se tornou apto para instituições populares é se ele, ou uma parte sua suficientemente grande para prevalecer na disputa, está disposto a enfrentar o desafio da tarefa e o perigo de sua libertação. Sei tudo o que pode ser dito. Sei que se pode alegar que as qualidades dos homens livres não podem ser aprendidas na escola da escravidão, e que se um povo não está apto para a liberdade, para ter alguma chance de se tornar livre, deve primeiro sê-lo. E isso seria conclusivo caso a intervenção recomendada realmente lhes desse liberdade. Mas o problema é que, se não tiverem amor suficiente pela liberdade para conseguir arrebatá-la de meros opressores domésticos, então a liberdade que lhes é entregue por outras mãos que não suas próprias não terá nada de real, nada de permanente. Nenhum povo jamais foi e permaneceu livre, exceto porque estava determinado a sê-lo; porque nem seus governantes nem qualquer outra parte da nação poderia obrigá-lo a ser de outro modo. Se um povo - especialmente aquele cuja liberdade ainda não se tornou norma - não a valoriza o suficiente para lutar por ela, e mantê-la contra qualquer força que possa ser reunida no país, inclusive por aqueles que têm o comando da receita pública, é apenas uma questão de alguns anos ou meses para que as pessoas sejam escravizadas. Ou bem o governo que ele escolheu, ou bem algum líder militar ou grupo de conspiradores que planejam subverter o governo, rapidamente colocará fim em todas as instituições populares: a menos que lhes seja mais conveniente deixá-las como estão, contentando-se em reduzi-las a

meros dispositivos formais; pois, a menos que o espírito de liberdade seja forte em um povo, aqueles que têm o Executivo em suas mãos facilmente manipulam as instituições, colocando-as a serviço do despotismo. Não há garantias seguras contra essa consequência deplorável, nem mesmo em um país que alcançou por si mesmo sua liberdade; conforme atestam, nos dias atuais, exemplos contundentes tanto no Velho como no Novo Mundo: mas quando a liberdade foi conquistada *para* eles, eles têm pouca perspectiva de realmente escapar desse destino. Quando um povo teve o infortúnio de ser governado por um governo sob o qual os sentimentos e qualidades necessários à manutenção da liberdade não puderam se desenvolver, é por intermédio de uma árdua luta para se libertar por seus próprios esforços que esses sentimentos e qualidades têm a melhor chance de florescer. Os seres humanos se apegam àquilo pelo qual há muito lutaram e fizeram sacrifícios, pois assim aprendem a apreciar aquilo a que seus pensamentos têm estado muito ocupados; e uma luta em que muitos foram chamados para se dedicarem a seu país é uma escola na qual aprendem a valorizar o interesse de seu país acima do interesse próprio.

É raro, portanto - não irei tão longe a ponto de dizer nunca - ser sensato ou *justo* para quem vive em um país onde se desfruta de um governo livre, ajudar um outro país que busca extrair a mesma bênção de seus governantes nativos, senão pelo apoio moral de sua opinião. Exceto quando, é claro, tal assistência seja uma medida legítima de autodefesa. Se (uma possibilidade de modo algum improvável) este país, por causa de sua liberdade, que é uma reprovação permanente ao despotismo em toda parte e um encorajamento a rejeitá-lo, for ameaçado pelo ataque de uma coalizão de déspotas continentais, deveria considerar as partes populares em todas as nações do Continente como seu aliado natural e os liberais deveriam ser para ele o que os protestantes da Europa foram para o governo da rainha Elizabeth. Assim, mais uma vez, quando uma nação, em sua própria defesa, entrou em guerra contra um déspota e teve a rara boa sorte não apenas de conseguir resistir, mas de manter as condições de paz em suas próprias mãos, ela tem direito a dizer que não fará nenhum pacto, a menos que seja com algum outro governante que não aquele cuja existência possa ser uma ameaça contínua a sua segurança e liberdade. Essas exceções servem para iluminar de forma mais evidente as razões da regra; porque elas não dependem de qualquer falha dessas razões, mas de condições que são superiores a elas, e que estão sob um princípio diferente.

Mas o caso de um povo lutando contra um jugo estrangeiro, ou contra uma tirania interna sustentada por armas estrangeiras, ilustra de modo inverso as razões para a não-intervenção; porque neste caso as razões em si não existem. Um povo mais apegado à liberdade, o mais capaz de defender e fazer bom uso de instituições livres, pode ser incapaz de lutar por elas com êxito contra a força militar de outra nação muito mais poderosa. Ajudar um povo reduzido ao desamparo não perturba o equilíbrio de forças de que depende a manutenção permanente da liberdade em

um país, mas é a correção do equilíbrio quando este já estiver injusta e violentamente perturbado. A doutrina da não-intervenção, para ser um princípio legítimo de moralidade, deve ser aceita por todos os governos. Os déspotas devem consentir em estar vinculados por ela, bem como os Estados livres. A menos que o façam, sua proclamação por países livres resultará nessa miserável questão: a de que o lado errado pode ajudar o lado errado, mas o lado correto não deve ajudar o lado correto. A intervenção para a execução do princípio da não-intervenção é sempre legítima, sempre moral, embora nem sempre prudente. Apesar de ser um erro *dar* liberdade a um povo que não percebe o seu valor, não pode deixar de estar certo insistir que, se de fato a valorizarem, não serão impedidos de obtê-la mediante coerção estrangeira. Pode não ter sido justo para a Inglaterra (independente da questão da prudência) ter assumido a causa da Hungria em sua nobre luta contra a Áustria; ainda que o governo austríaco na Hungria constituísse, em certo sentido, um jugo estrangeiro. Mas quando os húngaros se mostraram capazes de triunfar nessa luta, o déspota russo interveio e unindo suas forças às da Áustria, entregou de volta os húngaros, de mãos e pés amarrados, a seus opressores exasperados, teria sido um ato honroso e virtuoso por parte da Inglaterra ter declarado que isso não deveria ser assim, e que se a Rússia desse assistência ao lado incorreto, a Inglaterra ajudaria o correto. Poderia não ter sido consistente com o preceito de que cada nação é obrigada a zelar por sua própria segurança acaso a Inglaterra tivesse assumido essa posição sozinha. Mas a Inglaterra e a França juntas o poderiam ter feito; e se o tivessem, a intervenção armada russa ou bem nunca teria ocorrido ou bem teria sido desastrosa para a própria Rússia. Tudo o que aquelas potências ganharam ao não fazê-lo foi o de ter que lutar contra a Rússia, cinco anos depois, sob circunstâncias mais difíceis e sem a Hungria como aliada. A primeira nação que, sendo poderosa o suficiente para que suas declarações sejam efetivas, tiver o espírito e a coragem de dizer que nenhuma arma será disparada, na Europa, pelos soldados de uma só potência contra os súditos revoltados de outra, será a heroína dos amigos liberdade de uma extremidade à outra da Europa. Só essa declaração assegurará a emancipação quase imediata de todo povo que deseja liberdade suficiente para ser capaz de mantê-la: e a nação que fizer ouvir sua palavra logo se encontrará à frente de uma aliança de povos livres, tão forte a ponto de desafiar os esforços de qualquer número de déspotas unidos para derrubá-la. O prêmio é glorioso demais para não ser arrebatado mais cedo ou mais tarde por algum país livre; e o momento pode não estar distante quando a Inglaterra, se não assumir essa heroica responsabilidade por causa de seu heroísmo, será obrigada a levá-la em consideração para sua própria segurança.